

Resultados da Reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão GACG do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco CBHSF

Dia 17 de setembro de 2012

Local - ANA/Brasília

Participantes:

Wagner Soares Costa
Patrícia Helena Gambogi Boson
Artemizio Cardoso de Resende
Maria das Dores Santos de Siqueira
José Maciel Nunes Oliveira

Participantes convidados e temporários:

Rodrigo Flecha
Victor Sucupira

1. Maciel fez a abertura da reunião, informando sobre a necessidade de se retomar os trabalhos com uma rotina operacional compatível com as funções do GACG.
2. Foi informado sobre a falta de representação da CCR do Médio, e que novo representante será nomeado.
3. Em seguida foi proposta a eleição do coordenador e a escolha do relator. Foram eleitos e escolhidos, respectivamente, Wagner Soares Costa e Artemizio Cardoso Resende.
4. Após leitura da DN n.º61, lembrando as funções do CACG, procedeu-se, a pedido do representante da Direc, uma análise sobre a revisão das DNs n.º 62 e 64 a 66. Têm-se as seguintes conclusões e encaminhamentos.
 - a. As DNs 62, 64 e 65 serão automaticamente substituídas por uma nova DN, que está sendo elaborada pela CTPPP com a proposta de aprovação do PAP 2013-2015. Pois todas elas tratam de aplicação dos recursos da cobrança de anos anteriores, portanto com critérios e destinações específicas e em análise na CTPPP, para os anos 2013 a 2015 juntamente com a análise do PAP.
 - b. Quanto a DN 66, parte de seus comandos devem estar bem explicitados, de acordo com as novas diretrizes de aplicação do PAP, portanto necessário se faz encaminhar à CTPPP emendas à proposta em fase de elaboração e pertinentes ao tema. Nesse sentido, como Patrícia Boson é membro também da CTPPP, ficou encarregada de fazer as emendas, justificá-las e encaminhá-las.

5. Procedeu-se a análise do Contrato de Gestão vigente. Destacam-se a seguir os principais pontos.
6. Maior perda de nota para a AGB Peixe Vivo se refere à efetividade de aplicação. Foi determinada uma aplicação mínima de 20% e de fato foi aplicado apenas 12%.
7. Foram apresentadas justificativas para esse baixo desempenho plausíveis e aceitáveis. Primeiramente deve ser considerado o ano da implantação propriamente dita da AGB Peixe Vivo, entretanto, o que se constatou é que a maior causa está na decisão por uma aplicação muito difusa e genérica determinada pelo próprio Comitê, dificultando uma tramitação mais eficiente, associada a uma tramitação extremamente burocrática (TDR, edital, contrato, etc.) até o repasse final, independente do porte e valor da ação a ser contratada.
8. De fato observou-se que em 2011 o Plano de Aplicação foi proposto de forma muito genérica gerando um contingente de demandas espontâneas que absorveu muito tempo de formatação e encaminhamento.
9. Após análise sobre procedimentos e um bom debate sobre tendências e circunstâncias, foi elaborado o gráfico anexo, com a projeção de gastos até 2015, considerando o histórico de desempenho na aplicação.
10. O resultado gráfico projetado para 2015 servirá como referência para o GACG no que se refere à avaliação da eficiência na aplicação dos recursos financeiros. Ou seja, pretende-se alcançar uma eficiência na aplicação, ano a ano cada vez maior, de tal forma que os valores de saldo, a serem repassados para o próximo ano, sejam sempre menores que os do ano antecedente. Como as reuniões do Grupo ocorrem três vezes ao ano, a cada reunião será elaborado o gráfico com os dados reais de aplicação que serão comparados aos dados projetados. Se os resultados forem piores no que se refere à realização da aplicação, será analisada a causa e encaminhada à Direc ou à CTPPP sugestões de encaminhamentos e providências.
11. Evidencia-se assim o papel da CTPPP com orientadora e otimizadora das ações a serem priorizadas e que considere a possibilidade de planejar bem em ano anterior a aplicação do ano seguinte.
12. Ainda nesse contexto, ou seja, de se criar caminhos que possam dar maior agilidade na aplicação, foi apresentado ao GACG a proposta de se fazer um Plano Plurianual (em análise na CTPPP). Esta proposta foi considerada por todos como perfeitamente válida e como um caminho mais que providencial para dar maior eficiência ao processo de aplicação dos recursos e assim resposta mais rápida para as demandas mais urgentes da Bacia.
13. Outro caminho apresentado foi o de se contratar uma empresa gerenciadora e fiscalizadora. Apresentados os controles e mecanismos de tal procedimento, os membros do Grupo também consideraram esta proposta interessante, procedente e válida, no sentido de agilizar o processo de aplicação dos recursos financeiros.

14. Sobre os projetos, aplicações feitas e em andamento (2011/2012), conforme aprovados na plenária de Bom Jesus da Lapa e conforme as deliberações mencionadas, tem-se:
- a. Aberta pela Direc chamada para que as CCR apresentassem suas demandas.
 - b. Diante de grande número de ações demandadas, especialmente da CCR do Alto, a Direc estipulou, obedecendo ao critério de proporcionalidade, 04 projetos para cada CCR, perfazendo um total de 16 projetos.
 - c. Na plenária de Bom Jesus da Lapa/BA foram apresentados, primeiramente mais 05, perfazendo 21, e posteriormente, após debate, mais 01. Assim, foram aprovados 22 projetos, de acordo com os critérios e determinações da plenária do CBHSF.
 - d. Portanto, em 2011, são ao todo 22 projetos com recursos desembolsados no valor R\$5.746.000,00.
 - e. Para 2012, foram apresentados 40 projetos e a Direc, novamente seguindo o critério de proporcionalidade, e já tendo o histórico de demandas por CCR, definiu 06 projetos por CCR, perfazendo um total de 24 projetos com valor de R\$ 17.500.000,00. Esse valor tem previsão de desembolso em 2013.
 - f. Ressalta-se que a definição de gasto realizada em um ano é feita de fato no ano seguinte. Ressalta-se ainda que, diferentemente do orçamento público estatal, o recurso que não é gasto em um ano não se perde, continua cumulativamente na conta. Ver novamente o gráfico mencionado.
 - g. Destaca-se ainda que para se desembolsar (aplicar) há a necessidade de se contratar valores superiores, porque há um "delay" entre os eventos, sendo que o desembolso efetivo deve ocorrer no ano fiscal para o qual o Plano de Aplicação se refere. Assim entendido, a execução do Plano de Aplicação de refere a desembolsos no exercício fiscal (por ex. 2011, 2012, etc.). Esta é a aferição feita nas metas do Plano de Trabalho do Contrato de Gestão, firmado com a ANA. Ou seja, o que se mede é o desembolso no exercício (e a partir de 2013, também o desembolso acumulado). Esta é a mesma lógica utilizada para elaborar o gráfico anexo a este relatório já mencionado.
15. O GACG considerou satisfatórias as informações e comprovações apresentadas sobre aplicações em 2011 e em andamento em 2012.
16. Temas relativos ao Contrato de Gestão e suas avaliações foram abordados, alguns complicados e preocupantes, a exigir, das instâncias competentes, especialmente da Direc, imediatas providências.

17. CCR - Em todos os pareceres a ANA, contratante, está afirmando a não aceitação da instalação das CCR.
 - a. O GACG considerou um risco para todos os envolvidos, a desconsideração dessa questão e continuidade do repasse de recursos a revelia do parecer do contratante. AGU, TCU e demais autoridades, podem instar os responsáveis a devolverem esses recursos até hoje aplicados, na instalação e manutenção das CCR.
 - b. A análise da ANA aponta ainda o agravante de o elevado empenho da AGB Peixe Vivo para a montagem das CCR e para solucionar seus problemas operacionais, desviando tempo e recurso para o que está como obrigação expressa no Contrato de Gestão.
 - c. Os membros do GACG analisaram calmamente as condições e circunstâncias legais e institucionais e recomenda que: (i) Em cada escritório da AGB Peixe Vivo seja mantida uma pessoa, exercendo função de suporte administrativo para o Coordenador da CCR. (ii) Com essa medida, as CCR devem ser desmontadas, passando a funcionar e a ter o apoio das regionais da AGB Peixe Vivo. (iii) Deve ser então revista a DN CBSF n.º52/2010.

18. Foi ainda proposto o encaminhamento de revisão conceitual no Contrato de Gestão. Aquilo que é competência legal delegável à entidade equiparada, ou delegada, deve ser separado daquilo que é obrigação de fazer durante a vigência do contrato. Ou seja, as competências legais delegáveis, como enquadramento, não são, às vezes, obrigação de fazer na vigência do contrato.

19. Comentou-se ainda sobre uma ação não executada, de responsabilidade da ANA que é a de esclarecer, no aspecto legal e institucional, os limites de competências da relação e atuação do comitê diante das atribuições do Contrato de Gestão.

20. Discutiu-se o indicador disponibilidade de informação.
 - a. Foi reconhecido o grande avanço de 2011 para cá, mas foi reforçada a necessidade de melhoria e do estabelecimento e cumprimento de procedimentos formais para a tramitação da informação interna, entre membros do CBHSF, entre câmaras, grupos, lideranças, diretoria e AGB Peixe Vivo.
 - b. Foi elogiada a iniciativa do Plano de Comunicação. Chamando-se a atenção para a necessidade de ser um plano permanente e sustentável.

21. Foi discutido e aprovado um calendário de reuniões do CACG.
 - a. Serão realizadas 03 reuniões anuais, em 2013. Uma em abril, outra em agosto e outra em outubro.
 - b. A próxima reunião foi agendada para o dia 08 de novembro de 2012.
 - c. Decidiu-se ainda que pelo menos um membro do CACG deve acompanhar a reunião de acompanhamento do Contrato de Gestão realizada periodicamente pela ANA na AGB Peixe Vivo.

22. Por fim, Artemizio desabafou sua frustração com o fato de o CBHSF não colocar e priorizar em suas pautas e agendas discussões de grandes temas e de grande impacto para a bacia, tais como: (i) renovação das concessões de hidrelétricas - o CBSF perde o bonde da história ao não prestar sugestões e apoio à idéia de que as renovações estejam vinculadas a um processo de investimento na recuperação da bacia; (ii) o acompanhamento da composição e implantação do comitê gestor da transposição do São Francisco.
23. O GACG acolheu e compartilhou da frustração apresentada. Verifica-se que estamos como membros investindo mais tempo em questões administrativas e burocráticas do que na construção política de um ambiente de concertação em torno dos grandes temas que afetam diretamente a bacia.

Nada mais a discutir e ponderar deu-se por encerrada a reunião.

Assinam os membros:

Patrícia Helena Gambogi Boson

Maria das Dores Santos de Siqueira

Wagner Soares Costa

Artemizio Cardoso de Resende

Anexo

Gráfico de Projeção de Receitas e Desembolsos até 2015

Descrição	2.012	2.013	2.014	2.015
Valor arrecadado com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)	19.447.633	19.447.633	19.447.633	19.447.633
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + não desembolsado no ano anterior)	45.000.000	57.447.633	56.730.267	38.962.900
Valor previsto para desembolso por ano	7.000.000	20.165.000	37.215.000	33.575.000
Saldo por ano (Valor disponível para desembolso - Valor previsto para desembolso)	38.000.000	37.282.633	19.515.267	5.387.900

